

## LEITURAS DO ILUMINISMO EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE DA OBRA DE ANTÔNIO NUNES RIBEIRO SANCHES (SÉCULO XVIII).<sup>1</sup>

RAFAEL DE LIMA FONSECA<sup>2</sup>; JEAN LUIZ NEVES ABREU<sup>3</sup>

**RESUMO:** É recorrente na recente historiografia acerca da Ilustração afirmar que é plural e os seus processos de composição situarem-se em distintas partes da Europa simultaneamente, de modos e de acordo com as peculiaridades regionais. Na península Ibérica o processo iluminista, não como um todo, mas a parte considerável e influente nas reformas posteriores de Pombal deu-se especificamente fora do foro interior, como o elucida Reinhart Koselleck. Através dos escritos de Antônio Ribeiro Sanches, um dos chamados “Estrangeirados”, é possível tecer asserções acerca dessa especificidade histórica portuguesa. A crítica a Portugal como “reino cadaveroso”, as reformas propostas, os comentários embravecidos sobre as ações de D. Manuel sobre os judeus, ganham entornos, em Sanches, de crítica moral, ingênua e sem fins políticos. Mas é crível assinalar que Sanches não a fazia de forma tão simples. Este trabalho tem a expectativa de elucidar essas questões partindo do conceito “crítica prática”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernidade, Iluminismo, Portugal, Antônio Ribeiro Sanches.

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado da pesquisa de Iniciação Científica "Divulgação de saberes e práticas científicas na América Portuguesa - século XVIII", financiada com bolsa do FAPEMIG, realizada no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Prof. Jean Luiz Neves Abreu.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).  
Uberlândia – MG. rafaelzimzum@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professor orientador, do Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).  
Uberlândia – MG. jlui@inhis.ufu.br

**RESUME:** In recent historiographies about the Enlightenment and the Illustration is appellant that these were plural, and that their procedures for composition existed in different parts of Europe, with their modes varying according to the regional peculiarities. At the Iberian Peninsula the enlightened process – not as a whole – but the considerable and influential part in the later reforms of Pombal took place specifically outside the interior forum, as Reinhart Koselleck elucidates. Through the writings of Antônio Ribeiro Sanches, one of the so-called "Estrangeirados", it is possible to draw assertions about this portuguese historical specificity. The criticism towards Portugal as a “cadaverous kingdom”, the proposed reforms, the angry comments about the actions of D. Manuel on Jews, gain surroundings – in Sanches – of a critique that is moral, naive, and without political purposes. But it is credible to note that Sanchez did not made that critique in such a simple fashion. This work is expected to elucidate these questions based on the concept of "practical criticism".

**KEY-WORDS:** modernity, Enlightenment, Portugal, Antonio Ribeiro Sanches.

## INTRODUÇÃO

Delimitar uma única significação do que é Iluminismo é, sem dúvidas, impossível; por outro lado, tentar encontrar uma interseção possível entre as várias partes do conjunto de interpretações sobre o período é tarefa interessante. Para tal empresa é importante analisarmos ao menos duas grandes linhas de entendimento acerca do conceito e da sua aplicação. Resumidamente, podemos definir de antemão duas possibilidades de assertivas corriqueiras acerca do iluminismo: o período compreendido entre fins do século XVII e início do século XIX, fundamentado nas ideias de progresso e razão e de negação do passado; noutra ponta, temos o Iluminismo como ascensão do individualismo e de uma profunda transformação no foro interior do homem, em relação ao mundo concreto e sensível – como com a natureza, o passado e consigo mesmo.

É bastante problemático quando um conceito busca sintetizar um conjunto de ações e de ideias distintas em um determinado período, pois o conceito em si perde toda sua carga explicativa e se torna, então, vazio de significação. Sabe-se que a ideia de iluminismo já era contemporânea dos próprios ilustrados, homens de letras, quando da negação do passado e a perda progressiva deste no que concerne a sua anterior autoridade tipológica (KOSELLECK, 2006.)

Em sua resposta ao que seria Esclarecimento, que podemos lermos em “O que é esclarecimento?”, Kant deixa claro logo nas primeiras linhas que é o momento em que o homem deve “ousar conhecer.” Vejamos:

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade auto-imposta. Menoridade é a inabilidade de usar seu próprio entendimento sem qualquer guia. Esta menoridade é auto-imposta se sua causa assenta-se não na falta de entendimento, mas na indecisão e falta de coragem de usar seu próprio pensamento sem qualquer guia. *Sapere aude!* (Ouse conhecer!) (KANT, 2011, p.1).

Tem-se de forma clara e concisa todo um espírito de época, poderíamos dizer, com Kant, que o iluminismo reporta-se a uma atitude, espiritual, gnosiológica, ontológica, metafísica, moral, ética, para com a sociedade e a história. Pois bem, não nos entrevaremos no descuido de afirmar que houve um progresso das ideias ou um retrocesso, que seja. Para

que tal atitude apareça é necessário que uma determinada *intelligentizia* exista com o intuito de renovação. Segundo o filósofo Olavo de Carvalho:

todas as grandes mudanças da moda cultural ao longo dos tempos, acontecem de uma maneira peculiar. Dificilmente um conjunto de ideias, valores e símbolos é abandonado por ter sido atacado diretamente, refutado ou superado. O que acontece é o surgimento de uma nova camada de intelectuais, socialmente distinta da que anteriormente era dominante, e esta nova camada, então, vem com novos interesses e dirigindo a sua atenção para outros temas, outras questões, de tal modo que, num prazo relativamente curto, a cultura anterior se torna incompreensível e inacessível, e a nova ocupa o seu espaço (CARVALHO, 2011).

Esse pressuposto se aplicará bem ao “movimento ilustrado”. Ora, Koselleck afirma e confirma nossa ideia sobre essa atitude quando diz acertadamente que o “movimento iluminista desenvolveu-se a partir do Absolutismo, no início como sua consequência interna, em seguida como sua contraparte dialética e como o inimigo que preparou sua decadência” (KOSELLECK, 1999, p. 19). Se houve uma substituição de valores diversos não quer dizer que houve uma ruptura ou mesmo que todo conhecimento anterior seja invalidado. Pois bem, toda essa nova atitude percebida dá-se de maneira peculiar nos diversos pontos da Europa setecentista.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Durante a pesquisa priorizamos a análise dos textos de Ribeiro Sanches, tais como “*Carta a Joaquim Pedro de Abreu*”; “*Cristãos Novos e Cristãos Velhos em Portugal*”; por fim, “*Dissertação sobre as paixões da alma*.”

A metodologia versou sobre a organização dos documentos impressos e, posteriormente, em sua análise qualitativa, articulando-a com a leitura da bibliografia pertinente ao tema.

Tomamos como partida as análises de Reinhart Koselleck para analisar as ideias de Sanches. Sua pesquisa diz respeito à relação entre os homens da ilustração com o Estado Absolutista, tomada por um viés da história dos conceitos, que visa compreender as considerações semânticas dos documentos bem como a mudança conceitual das palavras. O uso da crítica é revelado como uma arma eficaz contra o Estado, trazendo à tona as reformas nas diversas áreas do saber, o nascimento da opinião pública (com base na crítica e condição

de cidadão dos povos) e por fim, a condição de permitir que o foro interior, ou seja, o desejo interior seja exposto em forma de crítica ao Estado.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS

Em várias partes da Europa as ideias ilustradas não se fizeram ressonantes num primeiro momento – diferentes de França e Alemanha, por exemplo. Na península ibérica, especificamente em Portugal, as ideias de reforma e as críticas ao Estado Absolutista tiveram pouco eco em comparação à França e Alemanha. Quiçá as condições peculiares de Portugal tanto com a Igreja – uma relação forte entre rei e clero, clero e súditos – quanto com o restante da Europa não devem ser negadas para que tenhamos uma maior clareza sobre as condições da península. As ideias da Ilustração pouco se afluíram em solo luso. Isso não implica em uma negação *a priori* de uma ilustração portuguesa, ou seja, da disseminação das ideias correntes em Portugal. De acordo com Jonathan Israel, Portugal atrelou-se a um tipo de Iluminismo moderado, opositor daquele Radical de caráter spinozista (ISRAEL, 2009). Fez-se na península um iluminismo empirista dialogando com bastante proximidade com os ingleses.

O drama intelectual português, também partilhado com Espanha, conteve o cartesianismo corrente na Europa, isto é, aquela primeira ideia de matematização das questões sociais, metafísicas, resumidamente, pouco se creditou à razão uma autoridade. A Igreja católica ainda exercia ali uma grande influência nas questões políticas e sociais. O bom exemplo é a particularidade das universidades portuguesas notadamente regidas por homens ligados ao clero. A intelectualidade portuguesa defendeu a “divina providência” contra o radicalismo ilustrado. Mesmo que a filosofia tenha conquistado no século XVIII uma autoridade frente à teologia, uma autoridade racional, empirista ou nominalista, em Portugal a força teológica da Igreja cumpria um grande poder nos centros notavelmente ligados ao ensino, às universidades. Em termos filosóficos podemos dizer que o aristotelismo escolástico “reinava supremo até cerca de 1740” (ISRAEL, 2009, p. 586).

As observações de Ribeiro Sanches se inserem, portanto, em um contexto de crítica à cultura portuguesa. Portugal despontou para o mundo nos séculos XV e XVI como potência dos mares, mas ao longo do século XVII e XVIII a cultura científica esteve atrelada ainda a modelos medievais. Sabe-se que no Renascimento ocorrem mudanças na forma de ser do homem. Suas relações com a natureza e com os outros homens alteram-se drasticamente. As ideias e conceitos de Humanismo, Filantropia, Razão e Ciência surgem no século XV e XVI, na França, Alemanha e Inglaterra, mas ganham força e abrangência supranacionais no século

XVIII. O conhecimento sai dos herméticos e podemos percebê-lo, então, divulgado junto ao público interessado, homens de letras e com formação científica. Portugal, por sua vez, estava caminhando contra as perspectivas além-Pirineus. As forças religiosas travaram intensa batalha contra a abertura do mundo científico e Portugal fechou-se para o resto da Europa. Predominou na península ibérica outra tradição científica, ligada à modernização da tradição aristotélico-tomista da Idade Média. O impacto e as consequências desse fechamento vieram à tona quando se viu perdida entre tradições e tradicionalistas. As perspectivas críticas despontaram nesse cenário em que predominava o sentimento de estagnação e a necessidade de reformas.

Houve em Portugal uma dinâmica entre modernidade e tradição, a qual consiste sobre aquilo que Beatriz Helena Domingues denomina de “modernidade tradicional” ou “tradição moderna”, que seria a possibilidade de um entrelaçamento entre as características medievais da península com as novas tendências modernas europeias. A autora argumenta que o Absolutismo real ibérico se dá para fora, isto é, na aparência parecia moderno, mas no seu interior era profundamente medieval e arcaico (DOMINGUES, 1996, p. 4).

Desse modo, cremos que Portugal se torna um “consumidor intelectual.” Em que seus próprios intelectuais bebem nas fontes estrangeiras do cartesianismo, leibnizianismo e do spinozismo (ISRAEL, 2009). É com os *Estrangeirados*, num primeiro momento, que Portugal recebe severas críticas a sua funcionalidade interna. Tais críticas poderiam aparentar certa moderação, mas na prática influenciavam o pensamento lusitano ainda que indiretamente – como se veria com os desdobramentos sobre as ações do Marquês de Pombal –, isto é, visavam à reforma de vários setores primordiais, como o da educação, da moral e daquele no trato com as ciências.

Em Portugal, os chamados *estrangeirados* deram uma grande contribuição para a formação, na península, de uma corrente de pensamento mais próxima à realidade dos demais países europeus. Temos por *estrangeirados*, os letrados, em sua maior parte judeus, que saíram de Portugal, expulsos ou por vontade própria, em busca de um conhecimento científico mais apurado. Deram início a um movimento de crítica às questões portuguesas no tocante ao arcaísmo que a península se encontrava em face aos demais países da Europa (França, Inglaterra e Rússia). O estrangeirado, dessa forma, não chega a ser uma identidade individual “mas um seguimento da malha de canais de difusão que se propõe integrar Portugal num novo corpo cognitivo e epistemológico” (CARNEIRO, DIEGO e SIMÕES, 2000, p. 14).

Para, além disso, podemos afirmar que os estrangeirados são uma consequência do absolutismo português quando sabemos que ele se propaga

numa brecha que o Estado absolutista abriu para pôr fim à guerra civil. A necessidade de estabelecer uma paz duradoura incita o Estado a conceder ao indivíduo um foro interior que afeta pouco a decisão soberana, mas que se torna dispensável (KOSELLECK, 1999, p. 38).

Assim, essa necessidade de afirmar-se como cidadão, responsável pelo caminhar do Estado é também uma das querelas dos *estrangeirados*, quando os vários apontamentos são escritos e as várias críticas são lançadas percebemos o homem interior, o cidadão sem nobreza, a falar sobre seu Estado e tentar conduzir os assuntos de sua pátria. Ademais, de acordo com Koselleck, tais críticas ao Estado, exigiam uma publicidade, isto é, não estavam fechadas a um determinado círculo de intelectuais ou a uma sociedade secreta, já que eram transmitidas a todos aqueles que se interessavam.

Assim, é possível compreender uma apropriação singular do Iluminismo em Portugal. A crítica prática (KOSELLECK, 1999, p. 38ss), que em sua finalidade intenta a minar o Estado Absolutista internamente, em Portugal ganha contornos mais brandos, mas ainda mantinha a sua premissa de libertação do foro interior frente ao horizonte que se encontravam os súditos. Koselleck anota: “Em nome de uma humanidade única, a burguesia europeia abarcava externamente o mundo inteiro e, ao mesmo tempo, em nome deste mesmo argumento, minava internamente a ordem do sistema absolutista” (KOSELLECK, 1999, p. 10)

Ao longo desse artigo nos concentraremos em um único indivíduo que fazia parte do grupo dos estrangeirados: António Nunes Ribeiro Sanches, nascido em 7 de Março de 1699, em Portugal. Filho de Simão Nunes, sapateiro e comerciante, e de Ana Nunes Ribeiro, era de família de cristãos novos, numerosas na época, devido à obrigatoriedade de conversão ao cristianismo, mesmo que as convicções judaicas não fossem praticadas pela maioria.

Logo após breve passagem pela Universidade de Coimbra, onde frequentou o Colégio de Artes, Sanches partiu para a Universidade de Salamanca. Foi então que se inclinou para a área médica. Durante as férias em Guarda, praticava medicina com um amigo. Formado em Salamanca, foi exercer medicina em Benavente. Apesar da conclusão do curso, Sanches não pode ser nomeado oficialmente como médico, pois era reservado apenas a cristãos velhos. Logo após ser denunciado à Inquisição, segundo as fontes, por seu primo distante Manuel Nunes Sanches, decide partir para o estrangeiro no último quarto do ano de 1726.

Nos cinco anos seguintes, Sanches viajou e residiu por brevíssimos momentos em Génova, Londres, Bordéus, Liorne e Leiden. Neste momento Sanches matriculou-se na Universidade de Leiden, em 12 de Abril de 1730. Já no ano seguinte, foi designado para ir à Moscú, em Rússia, para exercer seu ofício.

Em Moscú conheceu dias melhores, suas questões judaicas e cristãs ficaram de lado e suas tentativas frustradas de retornar a Portugal, também. Foi nomeado Médico da Cidade e do Senado de Moscú. Depois de três anos como instrutor de cirurgiões, parteiras e farmacêuticos foi transferido para Novo-Pavlov, onde passou a prestar serviços ao exército.

Data desse período a primeira versão de seu texto “*‘Cristãos Velhos’ e ‘Cristãos Novos’*”. Mais tarde, já circulando em Portugal esse texto ganharia o nome que hoje o conhecemos: “*Origem da denominação de Cristão Velho, e Cristão Novo, em Portugal, e as causas da continuação destes nomes, como também da cegueira judaica: como método para se extinguir em poucos anos esta diferença entre os mesmos súbditos, e cegueira judaica; tudo para aumento da Religião Católica e utilidade do Estado.*” Tal texto é relevante para podermos apreender as considerações de Sanches sobre a história mesmo de Portugal, como veremos a seguir.

Após longos anos de reconhecimento e conquista, em 1747 convalescendo de um problema de saúde, Sanches pede demissão e muda-se para Berlim e no fim do mesmo ano instala-se na França, onde residiria até o último suspiro. Em Paris, perdeu sua pensão e fora excluído do corpo docente da Academia Russa até o restabelecimento de sua pensão em 1762, por Catarina II. As acusações foram de prática judaica em alguma sinagoga de Amsterdã. Foi nesse momento que Sanches, a pedido do então secretário do Estado, o Marquês de Pombal, redigiu o Método para o ensino de medicina em Portugal, “Método para se estudar medicina”. O primeiro esboço já foi feito em torno de 1758. Logo após a publicação e o bom acolhimento de sua obra, foi estabelecida uma pensão anual por Lisboa, mesmo que forma intermitente. É válido como reconhecimento primevo de seus escritos em Portugal.

Começou então a escrever, o aclamado “*Cartas sobre a educação da Mocidade*”, a tratar de um ensinamento político geral e das reformas necessárias ao ensino. Em sequência, em 1761, redige mais dois escritos, sobre o “*Método para se estudar medicina*” e “*Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente.*”

Sanches morreu em 1785, em Paris. Suas obras são consideradas fundamentais para as políticas reformistas de Pombal. Apesar deste trabalho não seguir pelo caminho biográfico do autor e trilhar no mapeamento da real influência dos escritos de Sanches sobre Pombal, é



interessante notar que mesmo longe de Portugal, Sanches teve grande mérito por não abandonar as questões de sua terra, a qual sempre tencionou em voltar, mas nunca lhe fora permitido.

As contribuições de Antônio Ribeiro Sanches para as reformas educacionais e políticas em Portugal, durante o reinado de Dom José I, isto é, seus apontamentos críticos com um profundo sentimento de desgosto acerca da questão do arcaísmo que se encontrava a pátria, são de importância ímpar para compreendermos a formação daquilo que podemos considerar “vanguarda” ilustrada portuguesa. Mesmo que essa vanguarda não se comporte como tal pelo simples fato de estar a frente no tangente às questões reformistas, mas vindo a torna-se vanguarda com a morte de D. José I. Portugal era para Ribeiro Sanches o “Reino Cadaveroso”. Escreve em 1761: “Hoje é máxima constante que a virtude, a ciência e o valor dos *Povos* não dependem de sua educação particular nem da Religião que professam” (SANCHES, 2003, p. 1).

Disso se depreende as primeiras impressões de como se entendia/via Portugal no século XVIII. Apesar das críticas ao Estado português por não se distinguirem a vida religiosa no campo intelectual ou das Universidades, uma vez que a Universidade de Coimbra e Évora era regida por ordens ligadas à Igreja Romana. Aponta que

as máximas da vida virtuosa e civil, (de que devem ser o segundo objecto desta Universidade [a que ele propõe ao Soberano criar]) não se apreende a força de *Missões*, de *Novenas*, nem de *Práticas espirituais*: só as Leis e os estatutos da Universidade bem observados, e executados por Magistrados prudentes e virtuosos, cidadãos com família, ou em estado de a ter, poderão inspirar no ânimo dos Estudantes estas virtudes adquiridas pelo ensino, pela sujeição, e pelo exemplo dos superiores e dos seus Lentes (SANCHES, 2003, p. 2).

Dessa forma, é central atentarmo-nos ao conceito de *crítica*; este tal como é tratado aqui, remete a “crítica prática”, isto é, aquela feita pela observância crítica do Estado absolutista, da Santa Igreja, ou seja, das ordens seculares, centralizadoras do poder e do arcaísmo visando suas reformas. Os Iluministas e simpatizantes das ideias de progresso e razão, “entendiam-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo” (KOSELLECK, 1999, p. 9). Ademais, faz-se mister ressaltar que tais críticas não visavam incitar os homens a pegarem em armas e por uma revolução darem cabo

ao Estado absolutista. Muito pelo contrário, como se lê em Koselleck, a crítica ao Estado velava as verdadeiras intenções dos Reformistas, escreve: “para os iluminados, o curso da história é ao mesmo tempo – graças a sua iniciação – a realização do seu plano secreto, de acordo com o qual esperavam eliminar o estado” (KOSELLECK, 1999, p. 116). Esse cenário de *crítica* pode ser observado em Portugal no início do século XVIII.

Para uma compreensão atenta do pensamento de Ribeiro Sanches e seus apontamentos para Portugal, trataremos agora de discorrer sobre uma carta de sua autoria, escrita em 1760. Nela expõe de forma resumida e clara o que nos interessa aqui para apreciar sua obra e contribuições ao pensamento português. Será também a partir dessa carta e de outro escrito que trabalharemos com a ideia de “hibridez” sobre seus pensamentos. Ele não será, como se verá, nem tanto crítico “revolucionário” do Estado e da Igreja, tampouco será o oposto, que seria um crítico mais acanhado. Sanches fará severas críticas, mas por outro lado manterá a autônoma da Igreja e do Estado, contrariando, à primeira vista, a tese de Koselleck.

Ao final de uma carta enviada como resposta a Joaquim Pedro de Abreu, escrita em 26 de Março de 1760, quando Ribeiro Sanches já se encontrava em Paris, podemos perceber um breve *insight* das ponderações do lusitano sobre o quadro geral das ciências em Portugal. Apreendemos também sobre a necessidade de um “novo” método para se aprender as ciências e para a sua conservação: conservar as ciências e o próprio Estado. A carta tratará de suas argumentações acerca da necessidade de se ter em Portugal um ensino voltado para as ciências, a importância desse apontamento para que o então “Reino cadaveroso” encontre seu lugar na história europeia. Sanches falará da necessidade de se aprender as línguas estrangeiras, do estado da ciência médica e por fim, da reformulação sobre a educação para que deixe de ser uma educação baseado na técnica e no empirismo. Escreve:

Como nas aulas da Fortificação e na da Architectura não ensinam o Pedreiro nem o Bombardeiro estas ciências, e somente os Architectos e os Engenheiros têm esse cargo, daqui vem que se deviam examinar todas as artes e ciências que hoje se aprendem pela simples experiência, e aquelas que se ensinam por regras e por método tão científico, como requer a sua inteligência, perfeição e utilidade pública, para obrigar aos Mestres ensiná-lo; o que se estende não somente da Medicina, mas ainda de todas as ciências humanas que se ensinam ou devem ensinar na Universidade (SANCHES, 2003, p. 5).

Ainda que desconexa à primeira vista, essa passagem é reveladora das aspirações de Sanches sobre a educação portuguesa dentro dos limites do século XVIII, alcunhado de “o século das Luzes”. É também no qual podemos apreender o quadro geral do pensamento europeu em voga nos grandes centros – França, Inglaterra, Alemanha e Rússia. Como um bom ilustrado Sanches repele, como se lê nas entrelinhas, o homem puramente empírico: aquele que possui a técnica, mas não a ciência sobre. Declara-se preocupado com a dificuldade que o Estado Português poderá enfrentar se conservar sua educação puramente técnica: “como os professores poderão ensinar se não sabem como ensinar?” Dessa forma, acarreta-lhe a pretensão de estabelecer em seus escritos uma associação entre este homem experimentado e o homem científico. Tal qual se pode ler a seguir a crítica ao homem empírico, prático por excelência:

Eu confesso que temos Médicos Práticos tão capazes que não devemos ter inveja aos estrangeiros. Mas duvido que estes mesmos já no exercício da sua arte, por quinze ou vinte anos, sejam capazes de ensinar a Medicina publicamente (SANCHES, 2003, p. 1).

É possível atinar sobre o que se quer compreender como profissão “prática” na visão de Sanches: é o método puramente empírico da utilização da medicina que ao cabo viria a ser conhecimento esclarecido no *hábito*, na constância. Sanches teme por esse hábito, essa constância empírica, que implicaria diretamente no ensino e na conservação das práticas médicas. Como conhecimento puramente prático, acaba por tornar-se ingênuo. Ora, como procederá sem uma reflexão sobre a própria técnica a continuação do saber? Sanches descreve que os saberes médicos portugueses ainda estão muito ligados à tradição grega, não desdenha esse saber, mas se expressa amargurado em seus escritos que há um saber mais instruído para além desses ensinados em Portugal. É, sem dúvidas, o momento mais inusitado para percebermos como o todo, como o movimento iluminista, pode ser apreendido na particularidade íntima de um país praiano.

Ribeiro Sanches se coloca como um homem europeu, quando há em suas pretensões o enriquecimento da ciência portuguesa, um anseio de colocar Portugal ao pé de igualdade com as nações europeias ilustradas. Os iluministas podem ser vistos antes de tudo como filósofos da história, pois apresentam a crítica de forma apolítica e através de suas sugestões e apontamentos é que estabelece um caminho moral e, contraditoriamente, político. Segundo Koselleck, a filosofia da história

era o poder que tornava evidente a consciência elitista dos iluministas. Era o poder que os iluminados partilhavam com o Iluminismo como um todo. A filosofia da história era a ameaça. Nela, (...), o plano de conquista veio claramente à luz para os atacados. Para o cidadão, a garantia de que o foro interior moral, em si destituído de poder, pudesse realmente chegar ao poder não provinha somente da moral. Aparentemente, o hiato que substituíra entre a posição moral e o poder a que se aspirava foi coberto pela filosofia da história (KOSELLECK, 1999, p. 114).

A “hibridez” que se verá poderá falhar sobre esse aspecto citado, sobre um hiato entre a posição moral e o poder político aspirado. Não lemos em Sanches uma atitude assim tão carregada de pretensões. Há uma vontade moral, uma atitude para com o Estado, mas uma atitude política que intenta dizimar internamente o Estado Português não é possível perceber. Diante desse quadro, o que podemos encontrar é um Sanches que tenta racionalizar a ordem social portuguesa ao colocar cada instituição em seus lugares específicos, como hoje o entendemos e conhecemos. Além disso, é notório também que a perspectiva de Koselleck abrange uma parcela dos ilustrados franceses (uma ilustração radical) e alemães. Ora, estes, segundo Koselleck, buscaram disseminar através da literatura suas querelas pessoais, através da literatura ser cidadão, deixar que o foro interior seja exteriorizado, seja público. Sanches, por sua vez, fez apontamentos, tentando considerar questões que precisavam de rápido reajuste, como educação e a questão dos judeus. Para esse fim, não se utilizou do escárnio, tampouco do segredo. Sanches foi um ilustrado singular, mas ao mesmo tempo foi um caso típico de soerguer Portugal para a história universal, para a história europeia. Foi um homem apolítico, um homem das ciências. Preocupava-se, em seu íntimo, com as questões da ciência, com os métodos pedagógicos adequados à modernização. Ele era carregado daquele espírito do século XVIII que aspirava ao futuro comum com os demais Estados. Para além desse desfecho, é possível notar que transformar e/ou enriquecer Portugal é só um microcosmo do que se poderia perceber na Europa naqueles tempos. O macrocosmo estava enraizado em pelo menos duas premissas distintas: a primeira baseada na razão, mais à francesa; A segunda, baseada na virtude coletiva, mais à inglesa; as quais se entrecruzavam num pressuposto do bem comum europeu (HIMMELFARB, 2011, p. 21).

Sanches, como dissemos, priorizava um reajuste rápido das ciências em Portugal, era atento às questões da educação, pois, conhecera a Europa e percebera que nas demais regiões o ensino e a razão eram prioridades numa corrida ainda obscurecida, escreve:

Mas tudo o que venho a relatar seria inútil nestes Professores de Medicina, de Anatomia, de Matéria Médica, e de Química se ignorassem:

1. A Física Experimental, e a língua em que se aprende, e está escrita.
2. As línguas Inglesa e a Francesa.
3. O Método de ensinar a Medicina explicando os Autores, e ensinando a prática de cada parte dela (SANCHES, 2003, p. 5).

Está supracitada sua atenção dada à França e à Inglaterra e o conhecimento ali produzido. É interessante esse fragmento, pois podemos perceber um Sanches mais moderado em suas aspirações. Ora, o iluminismo inglês tem uma característica mais conservadora ao pretender a conservação da igreja e do estado em sua plena forma, sob a premissa da “virtude social”. Contrariamente, os iluminismos francês e alemão tencionaram minar o Estado Absolutista, sob a premissa da razão (HIMMELFARB, 2011, p. 16-21).

Destarte, em Sanches podemos ver, por um lado, a conservação do Estado Português; doutro, suas críticas nada ingênuas à Igreja. Sobre a hibridez de Sanches, podemos destacar a seguinte passagem:

O maior serviço que posso fazer às ciências, e à minha pátria, é capacitar a quem as quiser aprender, *mostrar-lhe o que sabem e o que lhes falta; e tirar-lhes as erradas ideias que já sabem e que não necessitam aprender: (...) A maior, e a principal virtude na Filosofia Moral é arrancar do ânimo os vícios porque sufocam o lume da recta razão: E tudo o que se pretende pela boa Lógica e ciência do Método é dissipar do juízo as opiniões erróneas, nascidas do costume e da educação* (SANCHES, 2003, p. 5).

Sanches poderia aparentar um tipo distinto do homem ilustrado francês, mais moderado, mas o que vemos é que estava bastante atento às particularidades de sua pátria para derramar sobre ela o sangue dos mosquetes para a derrubada do Estado, mas não se eximia de críticas ao clero português. Este é o bode-expiatório do atraso lusitano. É aqui que vemos Sanches fazer uma crítica moral bem contundente quando afirma que há um certo e um

errado, isto é, há um julgamento possível de ser aplicado sobre o que se deve aprender e o que não há necessidade de ser aprendido. Deliberadamente firma sua justificativa na reta razão, através da lógica e do método, claramente legados do cartesianismo.

Sanches escrevendo a Joaquim Pedro de Abreu relata que “sem saber Geometria, Trigonometria, Álgebra e as Secções Cónicas que nem os Mestres a podem ensinar, nem os discípulos bem aprender” (KOSELLECK, 2003, p. 2). Dá demasiado valor às ciências físicas. Segundo Sanches, a Física é a base da Medicina e que aquela não se ensina até então nas universidades portuguesas. Num segundo ponto, Sanches esclarece o valor de saber línguas estrangeiras:

No que toca às línguas, dirá V. M. que é o amor dos Estrangeiros que ganhei por trinta e cinco anos que trato com eles: Eu bem sei que a língua grega é necessária a um Médico, e indispensável a um Anatómico e a um Botânico: Mas afirmo a V. M. sem paixão que passará por ignorante um Professor de Medicina, em toda a Europa sem saber Francês, e Inglês, ainda que saiba tudo o que está escrito em Latim e na língua Grega. Dirá V. M. que lá se podem aprender à força de Gramáticas, e de Dicionários; é verdade; mas muito mal; e tão fracamente que jamais possam entender um Autor; porque é certo que sem falar, e saber escrever uma língua, ainda que com milhares de faltas e erros, jamais se entende bem. Mas acordo já que aprendam na pátria estas línguas, de que modo virão no Conhecimento, e na eleição dos bons Autores que tratam da Medicina, escritos nelas? Quem será o que os avisará do seu uso e da crítica que merecem, ou da aprovação que adquirirão? (SANCHES, 2003, p. 3).

Aprender a língua estrangeira abre a possibilidade de conhecer novos temas, ciências e métodos. Para o aprendizado e execução de uma ciência é preciso saber o que se escreve e o que se produz alhures. Ora, está claro aqui o primeiro exposto contra a tradição hermética, donde a ciência era praticada de forma fechada e para si. A necessidade de conhecer línguas além da natal é ter em mente o conhecimento aberto e livre. Quais não eram os conhecimentos produzidos em Portugal. Sanches é taxativo quando argumenta sobre as línguas estrangeiras. Ora, para ele o Rei deveria financiar estudos de novas línguas no estrangeiro e quando disserta sobre as dificuldades de serem críticos ou de quem os avaliaria, Sanches se mostra um ilustrado crítico e conivente com as ideias do movimento ilustrado. O conhecimento está sempre em metamorfose e é essa mudança interna que gerará novos conhecimentos, novos

padrões e novas formas de aprender e saber. É essa crítica e essa exaltação do novo que encontramos em Sanches e que podemos dizer que é também uma crítica moral, pois vejamos que o “Reino Cadaveroso” se insere na tradição e na conservação de sua ciência e Sanches escreve avidamente para que o novo e a crítica sejam disseminados.

Noutro texto escrito anteriormente à carta intitulado de “*Cristãos Novos e Cristãos Velhos em Portugal*”, com um primeiro esboço feito ainda quando residia em Rússia, e finalmente acabado em 1748 em Paris, Sanches, de modo bastante pessoal e de caráter bastante biográfico, pretende determinar os fatores que conduziram ao atraso português frente à Europa, partindo de um ponto curioso à primeira vista: trama a ideia com o atraso causado por D. Manuel quando este impõe sobre Portugal a tirania religiosa sobre os judeus. Sanches, como é relatado por alguns biógrafos, teve problemas sérios com o Estado português por causa de sua descendência judia e por ser cristão novo. Apesar de ter na família membros que foram condenados pela Inquisição, Sanches nunca se utilizou do rancor ao tratar sobre Portugal, ou sobre a inquisição, apesar de seus escritos, às vezes, ríspidos e belicosos, jamais tentou destituir a legitimidade do Rei, apenas fez tratados e apontamentos para reformas que visassem uma volta ao período pré-manuelino.

Na introdução, Sanches faz menção a sua grande admiração pela Igreja Católica e de como ela é útil a Portugal. Encerremos uma visão crítica atenta para essa asserção, pois ele bem pode querer conservar a Igreja e sua importância, porque para ele deveria haver separação entre a Igreja e o Estado. Entretanto é possível notar que ele parte do pressuposto do atraso português na forma com que a Igreja ali exerce sua influência. Ora, nada melhor que contar uma história em que judeus – seu povo – é perseguido e delatar que essa perseguição era antes uma forma de hierarquização dos súditos e da prepotência religiosa, do que uma forma plausível para a exclusão dos judeus da prática religiosa.

Numa nação que é “governada pelo costume e pela paixão”, a Igreja é um fator central para a manutenção desse costume na condução da alma pelo caminho da moral. Ademais as pretensões da Igreja legitimam por si próprias, não as eram na visão dos ilustrados que, por sua vez, buscavam a emancipação da tradição. É central atentarmos para o fato de que contar a história do surgimento dos Cristãos Novos é também contar a história de uma tradição que refrata a razão e o progresso dos povos. Sanches já designa a Igreja como a principal causa desse “atraso”, pois ao determinar as ações do Estado português sobrepõe sua tradição sobre a “novidade” do Estado. Escreve Sanches:

O desprezo universal que tinham e têm todos os Portugueses pela desgraçada Nação Judaica, arraigado no coração depois da mais tenra infância, lhes cegava as grandes qualidades de juízo de que eram dotados para romperem todos na vingança que lhes persuadia o ódio, mais que os crimes desta Nação (SANCHES, 2003, p. 1).

E quem desprezou a Nação Judaica e quem enraizou nos corações portugueses esse ódio? Sem dúvidas, Sanches responderia: O Estado, em conformidade com as predisposições da Igreja. Sem entrar em detalhes a respeito da questão judaica em Portugal, voltemos a penetrar o pensamento ilustrado de Sanches. Quando escreve sobre extinção da Nação Judaica de Portugal, não o faz para sublevar o ódio contra a opressão da Igreja e do Estado, tampouco pretende resgatar uma velha história há muito esquecida, escreve a história dos Cristãos Novos, intencionado e voltado para o pensamento que lhe convém, basicamente um pensamento ilustrado: a emancipação do povo judeu ou a possibilidade do retorno ao culto da religião é uma premissa basicamente iluminista, naquilo lhe dá caracteriza: a liberdade.

O principal intento desse pequeno texto é “de fazer de Judeus Cristãos, e de Cristãos novos Cristãos velhos”. Enumerado de exemplos cheios de paixão, Sanches demonstra ao longo do texto as perdas ao Estado português e as perdas morais no que toca aos judeus, escreve:

Eis que o Estado perde um súbdito, mas isto não é o pior: todos os descendentes, para sempre, deste homem, ficam perdidos para o Estado; e queira Deus, e queira Deus, que também a Igreja não venha a fazer a mesma perda com o tempo! eis aqui que já tem o Reino demais um Cristão novo, e em trinta anos poderá ter bastantes, por esta única causa, para povoar uma Aldeia (SANCHES, 2003, p. 3).

Prossegue:

Tanto que um Menino Cristão novo é capaz de brincar com os seus iguais, logo começa a sentir a desgraça de seu nascimento, porque nas disputas que nascem dos brincos daquela idade, já começa a ser insultado com o nome de Judeu e de Cristão novo. Entra na Escola, e como é costume Louvável que estes Meninos vão, não só os dias de preceito, mas ainda de trabalho, à Igreja já com o seu Mestre ouvir missa, e ajudar a ela, acompanhar o Santíssimo



Sacramento, e outras procissões, o mesmo Mestre, o Clérigo ignorante, o Irmão da Confraria, e o pior é o mesmo Pároco, já fazem distinção deste Menino e daqueles que são Cristãos velhos; porque estes são preferidos para ajudarem à Missa, para levarem o Castiçal, ou vela branca, ou tomar a vara do Pálio. Esta preferência é bem notada daquele Menino ou Rapaz Cristão novo; agasta-se, peleja e chora por se ver tratado com desprezo (SANCHES, 2003, p. 3).

É notória nessas passagens sua atenção para um desfecho negativo para o Estado de Portugal caso continuem as perseguições. Ora, podemos apreender mais uma vez seu anseio de conservar o Estado tal como é, por um lado; doutro, a necessidade de reforma e transformações de ordem jurídicas e religiosas, as quais implicariam diretamente na relação entre o Estado e a Igreja. Há que se lembrar de que em Portugal a distinção entre cristão-velho e cristão-novo durante muito tempo serviu para limitar o acesso a determinadas honras e cargos. Além disso, a perseguição aos suspeitos de práticas judaizantes fez com que vários letrados saíssem de Portugal, como é o caso de Sanches.

Mais adiante, no texto do referido autor, encontramos anotações para possíveis leis que terminariam com a dicotomia entre Cristão Novo e Cristão Velho, nelas podemos perceber seu caráter humanista, talvez uma herança renascentista, mas que analisadas mais atentamente podem servir de exemplos para demonstrar seu caráter reformador. Ora, é também possível apreender uma retirada ainda que indireta do poder da Igreja, no tocante as questões jurídicas. Escreve:

Que nenhuma pessoa de qualquer condição, ou estado, fosse presa por ordem do Santo Ofício, sem uma prévia inquirição da vida, e Costumes, se vivia ou não conforme o que ordena a Santa Madre Igreja, a qual inquirição seria feita pelo Comissário do Santo Ofício, com três testemunhas fidedignas, juntamente com a deposição e Certidão do Pároco da mesma pessoa da qual se inquire. Cujá inquirição devidamente feita, conforme as leis estabelecidas no Reino, seria enviada pelo dito Comissário ao Santo Ofício, o qual segundo o que nela se contivesse contra o procedimento do inquirido, se devia determinar, prender ou fazer prender, ou deixar o inquirido, não obstante qualquer acusação, ou delação feita na Mesa do Santo Ofício, por pessoa de qualquer qualidade, ou condição que fosse (SANCHES, 2003, p. 8).

É, sem dúvidas, uma passagem reveladora quando nos deparamos com a hierarquização de todo o processo jurídico, ao deixar a Igreja numa “segunda instância de poder”, abaixo do Reino português. É possível deduzir então que se essa lei se faz necessária é porque o contrário da sua intenção é praticado e aceito pelo reino português. A Igreja exerceria, dessa forma, um poder igual ou maior que o próprio Estado. Mas para além dessa constatação, o que se tem com certeza é um abrandamento do poder religioso e do Estado. E esse abrandamento pode ter significados variados, de uma diminuição do poder do Estado e da Igreja sobre o súdito, até uma perda de poder frente ao súdito. Sanches, através das leis propostas, tenta reorganizar a nobreza portuguesa e o acesso a ela.

Para Sanches, a experiência é prova cabal de que não se deva excluir os judeus da sociedade portuguesa. É preferível fazer deles súditos iguais, pois quando partilharem da fé católica irreversivelmente esta prevalecerá sobre aqueles. No entanto, é necessário que o Reino Português faça algumas modificações naquilo que diz respeito às formas de conservar as lustres nobrezas:

Se em Portugal houvesse (o que é facilíssimo, e seria mais útil à República) em cada Casa da Câmara, um livro, de que tivesse cuidado o Escrivão dela, no qual estivessem apontadas todas as famílias nobres de cada vila, e termo, divididas nas classes de Fidalgo de Solar, Fidalgo Título adquirido, de Nobreza conhecida por tal, e que vive conforme as Leis da Nobreza, tendo cuidado de indicar e assentar os filhos actuais, e que lhe nasceram, e seus descendentes. E que somente com a Certidão do Escrivão da Câmara pudessem ter a qualificação para possuírem os Cargos Especificados no n.º36. Deste modo a Nobreza portuguesa se conservaria com lustre, como se conserva a Alemã Católica, possuindo os Cargos do Reino somente; quando hoje o mais ínfimo plebeu com as suas inquirições os possui, como o mais qualificado Fidalgo. Teria então a Nobreza mais cuidado de misturar-se com sangue que não fosse obstáculo aos seus descendentes, para possuir os Cargos da Igreja e do Estado (SANCHES, 2003, p. 9).

É um ponto peculiar na própria vida de Sanches, quando se pôs a escrever esse pequeno apontamento encontrava-se em Rússia, onde o judaísmo e sua prática eram expressamente proibidos. Sanches, por sua vez, tornou-se um fervoroso cristão e defensor das causas seculares da Igreja. Apesar de seu judaísmo pouco lhe servir foi acusado de heresia quando a uma viagem para França, não podendo voltar por ordem Real. Dessa forma, para a

finalidade desse texto não devemos apenas supor uma necessidade sua de ser um Judeu livre em terras portuguesas e, sim, uma meta para a reparação da nobreza, como se lê no excerto supracitado, e, por fim, de reparação da cristandade. Era interessante para ele, ao menos nesse texto, o aumento de fiéis à Igreja,

Deste modo misturando aqueles que são suspeitos na Fé, com os verdadeiros fiéis sem distinção, nem desonra, nem presunção, todos com o tempo virão a ser Cristãos, em lugar de se aumentar o Judaísmo, para cuja expulsão em vão se introduziram as Inquirições e a Inquisição, como nos ensina desgraçadamente a experiência (SANCHES, 2003, p. 9).

Prossegue com uma surpreendente asserção:

Faça-se, pelo amor de Deus, do mesmo modo com os X. N.s, como se faz com os negros, e com os Irlandeses, e mais Estrangeiros ao menos; faça-se que em três, ou quatro gerações, se acabem os Judeus e o Judaísmo (SANCHES, 2003, p. 10).

“...e se acabem os Judeus e o Judaísmo”, assim podemos perceber que Sanches não escreve reformas e apontamentos à Portugal com um rancor e ódio, como pensado *a priori*. Quando escreve que o Reino de Portugal é o “Reino Cadaveroso” podemos inferir uma perspectiva de comparação com os demais reinos. Aqui, o Sanches híbrido, que constatamos no começo do texto pouco nos apresenta dessa forma, parecendo enganarmos, mas, por mais, estranho que pareça, num primeiro instante, podemos dizer que se passa por um “conservador” quando toca as questões do Estado e da Igreja, sim; mas, por outro lado, devemos rememorar que aquilo que o leva a fazer tantos apontamentos é, como dissemos, de caráter emancipatório, de cortar determinados laços com a tradição, pois não diz respeito mais ao *hábito*, nem ao costume; e sim a razão: “Ainda que o Povo não se governa pela razão, contudo faremos dela caso, mas principalmente da autoridade que é o *poder adequado*, a quem deve obedecer” (SANCHES, 2003, p. 9).

A partir de agora entraremos num texto mais particular entre vários apontamentos, críticas e reformulações propostos por Sanches: *Dissertação Sobre a Paixão da Alma*, de 1753. Esse texto é, sem dúvidas, aquele que mais lançará luz à hibridez de nosso autor. Sua conotação filosófica demonstra um lado mais especulativo de Sanches, mas, ao mesmo tempo, mantém sua face empírica e reformista.

Discorrer sobre as paixões da alma no século XVIII era tarefa quase comum entre os vários filósofos. Lançavam um olhar crítico em busca do entendimento sobre a condição humana, seja uma condição primeira, a qual corresponde à natureza humana ou uma condição em sociedade. As paixões da alma eram tratadas de forma a alumiar novos caminhos para o entendimento do espírito humano e, conseqüentemente, de suas ações: busca-se a leis universais do espírito. A palavra paixão tem um significado filosófico e particular ao século XVIII, significando o mesmo que *emoção*. Paixão, no entanto, segundo Aristóteles, é toda afeição da alma, isto é, são os prazeres e as dores acometidas pela alma (ARISTOTELES apud ABBAGNANO, 2003).

É nesse texto que buscamos perceber um diálogo possível entre Sanches e as demais filosofias e também o que nos interessará particularmente com a sociedade portuguesa e sua organização. Sanches, em sua disciplina, a medicina, buscava uma compreensão desta para além daquela crítica feita sobre um conhecimento puramente experimentado, tão em voga em Portugal, percebido em seus escritos como descrevemos acima. Sanches considera que o conhecimento da alma revelará as condições do corpo. Uma alma doente refletirá no corpo. É também possível tecer um paralelo sobre a proximidade de Sanches com o pensamento de Leibniz, ao esclarecer que a alma e o corpo são formados por mônadas que, ao fim, formam a unidade entre corpo e alma. Isso nos revela que alma e corpo não podem ser duas instâncias separadas e analisadas em partes distintas. Distancia-se assim do cartesianismo que colocava o corpo e alma em separado. A crítica ao conhecimento filosófico também é típico da crítica ilustrada.

Ora, é evidente dessa forma, como se verá adiante que Sanches partilhará dessa concepção de unidade entre alma e corpo. Sanches esclarece sua atenção para trabalhar as paixões da alma:

Poucos médicos consideraram até aqui as paixões da alma como objecto da Medicina, todos notaram que são causa de muitos males, e mesmo da morte, mas raríssimo aquele que entrou na indagação da causa delas. Se esta matéria se tratasse tão amplamente como ela requer seria necessário sair dos termos da Medicina. Enfim tratarei aqui as paixões da alma como causa de muitas doenças e enfermidades, o que pertence essencialmente à Patologia, e, ainda que não seja deste lugar, tratarei de passo mas não confusamente da causa das paixões da alma, o que pertence tanto ao teólogo [e ao] jurisconsulto como ao médico prático ou terapêutico (SANCHES, 2003, p. 1).

Faz-se clara a intenção de Sanches quando propõe tais considerações a respeito da alma, de que não são de fato endereçadas apenas aos médicos em Portugal, mas a todo o corpo médico que se preze por apreender as condições do corpo e de sua disciplina. As proximidades com a filosofia de Leibniz se dão no que diz respeito às características da alma e sua propriedade. Escreve Leibniz:

Se quisermos denominar Alma a tudo aquilo que possui percepções e apetites no sentido geral que acabo de explicar, todas as substâncias simples ou Mônadas criadas poder-se-iam denominar Almas. Mas, como o sentimento é algo mais que uma simples percepção, concordo que o nome geral de Mônadas e Enteléquias é suficiente para as substâncias simples que só possuem esta percepção e que se denominem Almas somente aquelas cuja percepção é mais distinta e acompanhada de memória (LEIBNIZ, 2011, p. 3).

A alma é detentora de propriedades próprias: percepções e apetites. A unicidade se dá por ser necessário às mônadas que compõem a alma o corpo para realizar sua necessidade e suprimir suas carências. O corpo, assim, passa a ser uma brigada e uma parte da alma e não algo distinto dele. Ora, é importantíssima essa constatação, pois veremos a seguir que Sanches percebe as doenças do corpo intimamente relacionadas com as doenças da alma (O que é uma inovação no campo da medicina).

Sanches escreve seis propriedades comuns à alma e ao corpo, são elas:

1. Temos a faculdade de perceber os objectos que entram pelos cinco sentidos (...).
2. Temos a faculdade de conservar naquele sensório comum, ou princípio de todos os, aquelas ideias ou impressões que [a]presentaram os sentidos quando falamos, discorremos, e tratamos destas impressões conservadas. Esta acção se chama memória. Bem se vê que esta potência é material porque por várias doenças se extinguiu às vezes e totalmente. (...)
3. Temos também a faculdade de perceber cada objecto de três diferentes modos. Ideia agradável, ideia desagradável, ideia indiferente. (...)

4. Enquanto o corpo e a potência da alma que chamamos vontade vivem em união natural e perfeita saúde ambas estas substâncias se movem e obedecem mutuamente.(...)

5. Mas além destes movimentos regradados e que dependem do arbítrio, produzimos e fazemos outros sem que se aperceba a vontade. (...)

6. Temos a faculdade de perceber todas as sensações agradáveis ou desagradáveis não só causadas pelos objectos imediatos mas também por aquelas impressões que ficaram impressas no sensorio comum (SANCHES, 2003, p. 2).

Não há uma separação cartesiana entre corpo e alma. Sanches é claro quando escreve que alma e corpo se obedecem mutuamente. A parte comum entre corpo e alma, entre corpo e sensações é a memória, a qual conserva as impressões dos sentidos. Quando os sentidos não conseguem captar o mundo exterior, falamos nas ideias. Sanches se pergunta, como pode então o homem apreender as ideias abstratas:

Tudo o que não entra pelos sentidos o concebemos ao modo da ideia e da impressão que temos das cousas corporais [;] deste modo conhecemos a alma racional que concebemos como um espírito e o vulgo como uma linda menina, representamos um anjo como um menino com asas e a Deus como a uma luz sem termo, puríssima, sem mudança (SANCHES, 2003, p. 3).

Para apreender tais ideias abstratas, Sanches partilha da Ideia platônica de *mimese*. O desejo de conservar e produzir os semelhantes se dá pela imitação. Esta é a origem das paixões da alma: a imitação. Escreve: “temos a propriedade de imitar o que vemos fazer e mesmo padecer; é este princípio causa de muitas utilidades para conservar-nos e causa também de muitos males que nos destroem” (SANCHES, 2003, p. 3). E todas as ações e paixões da alma se darão nessa perspectiva: a *mimése*. Sanches descreve incansavelmente exemplos e mais exemplos de como a alma copia as ações da próxima. Sobre a vivacidade das impressões, algo bem próximo de David Hume, Sanches escreve,

Todas as paixões d’alma são actos repetidos do mesmo objecto agradável ou desagradável. (...) Tanto mais vivas e penetrantes forem as primeiras impressões que adquirimos das cousas que podem servir à nossa conservação ou destruição, tanto mais forte será a paixão por toda a vida quando aquelas impressões forem renovadas (SANCHES, 2003, p. 3).

E dessa forma, Sanches vai adentrando o saber médico, voltando às motivações que o levaram a escrever essa dissertação, aquela para alertar os médicos a não perderem de vista a unicidade do corpo e da alma, uma atitude bastante peculiar, mas não solitária.

Um ponto determinante é quando Sanches aborda que há um “ânimo desregrado.” É através de uma perspectiva fisiológica que explicará a eficácia das leis do estado (FREITAS e EDLER, 2011, p. 4). Assim, podemos afirmar que este texto, ao versar sobre as questões acerca da constituição das paixões da alma e de suas finalidades à sobrevivência dos homens, tratará de modo indireto sobre a sociedade civil portuguesa. Para ele, o ensino da alma, antes reservado aos teólogos, deverá inclinar-se para “regrar” através da razão a alma. Assim, a um homem inclinadamente alterado

seria possível recorrer à medicina para alterar as inclinações, ‘os juízos e o modo de obrar e tratar na sociedade civil’, operando através de dietas ou remédios nos nervos ligados não aos órgãos dos sentidos, mas às vísceras, que seriam responsáveis por levar ao sensório comum os gostos ou sentimentos (FREITAS e EDLER, 2011, p. 4).

## CONCLUSÃO

Ao longo de nossa análise procuramos demonstrar como Sanches flutua entre crítica moral e a censura crítica, quando, como se viu, destoa dos franceses que minaram o Estado e, ao mesmo tempo, se aproxima deles ao julgar sobre o correto e o incorreto do aprender. O autor traz à tona a questão do estrangeiramento da língua, promovendo o francês e inglês. Sanches está inserido dentro da vasta camada de ilustrados que foram tão contraditórios, mas que não excluía o uso da razão e o princípio da crítica, através dos vários apontamentos. A moral, a censura crítica, o julgamento, a propaganda, a publicidade necessária foram tão comuns a Sanches que sua hibridez só se realiza por manter e conservar em Portugal o Estado Absolutista e também por sua atitude, por fazer parte de todo um espírito europeu. Ademais, Sanches era antes de tudo um europeu, e foi um português com sua principal preocupação voltado à história universal. Esta é a história de um homem só, de uma Europa apenas. Seus apontamentos sempre versarão sobre essa questão... Ainda que atingisse um ponto superficial, Sanches saberia como um bom filósofo da história, o caminho correto para a utilização da reta razão e da superação de uma tradição arcaica e de adjetivo jocoso.

## Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ARAÚJO, Ana Cristina (Org.) *O marquês de Pombal e a universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.
- CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. *Imagens de Portugal Setecentista: Textos de Estrangeirados e viajantes*. Penélope. 2000.
- CARVALHO, Olavo de. *Aula de introdução ao curso de filosofia*. Disponível em: <[www.seminariodefilosofia.org](http://www.seminariodefilosofia.org)>. Acesso em 19 de Dezembro de 2011.
- CARVALHO DOS SANTOS, Maria Helena (Org.). *Pombal revisitado*. vol.1. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.
- DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.
- DOMINGUES, Beatriz Helena. *Tradição na modernidade e modernidade na tradição: a modernidade ibérica e a revolução copernicana*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982.
- FREITAS, Ricardo Cabral de; EDLER, Flavio Coelho. *Corpo e alma: o discurso médico-antropológico português na segunda metade dos setecentos*. Disponível em <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307475115\\_ARQUIVO\\_Corpoealma.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307475115_ARQUIVO_Corpoealma.pdf)> Acesso em: 16 de Janeiro, 2012.
- HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano*. São Paulo: É Realizações, 2011.
- KANT, Immanuel. *O que é esclarecimento?*. [online] Disponível em <[http://www.espacoacademico.com.br/031/31tc\\_kant.htm](http://www.espacoacademico.com.br/031/31tc_kant.htm)> Acesso em 15 de maio de 2011.
- KURY, L. B. Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio. In: SOARES, L. C. (org). *Da Revolução Científica à Big (Business) Science*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 105-153.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006.
- ISRAEL, J. *Iluminismo Radical: A filosofia e a construção da modernidade [1650-1750]*. São Paulo: Madras, 2009.



LEIBNIZ, G. W. *Princípios da filosofia ou da Monodologia*. Disponível em <<http://www.leibnizbrasil.pro.br>>. Acesso em: 14 de Dezembro. 2011

LISBOA, João Luís. Papéis de larga circulação no século XVIII. *Revista de História das idéias*. Instituto de História e Teoria das Idéias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 20. p. 131-147, 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1680*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A academia Real de Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 483-518

\_\_\_\_\_. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)*. Dissertação (Mestrado em História)-Departamento de História, PUC - Rio de Janeiro, 1993.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade [1760]*. Coimbra: Imprensa Universitária, 1922.

\_\_\_\_\_. *Carta a Joaquim Pedro de Abreu*. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <[http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/)>. Acesso em: 12 Dezembro. 2011.

\_\_\_\_\_. *Cristãos Novos e Cristãos Velhos em Portugal*. 2003. Disponível em <[http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/)>. Acesso em: 12 de Dezembro. 2011.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos para estabelecer-se um tribunal e colégio de medicina*. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <[http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/)>. Acesso em: 12 set. 2010.

\_\_\_\_\_. *Dissertação sobre as paixões da alma*. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <[http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/)>. Acesso em: 12 set. 2010.